

## ESTÉTICA, CIDADE E PARTILHA DO SENSÍVEL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL<sup>1</sup>

*Aesthetics, city and distributions of the sensitive in the context of territorial development*

Marcela Cristina Bettega<sup>2</sup>

Manoel Flores Lesama<sup>3</sup>

Ernesto Jacob Keim<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem o propósito de promover o diálogo entre referenciais teóricos com base na Estética, Partilha do Sensível e proposições do Direito à Cidade, de modo a construir um encontro com perspectivas teórico-reflexivas do Desenvolvimento Territorial entre outros que possam de algum modo auxiliar na construção argumentativa deste trabalho. A partir desse diálogo, foi proposta a organização de um conjunto de indicadores com vistas a direcionar a análise do desenvolvimento territorial de espaços urbanos com base no pensamento estético como premissa para a criação de novas alternativas e leituras possíveis. Como resultados e conclusões da pesquisa alvo do texto, são apresentados princípios estéticos para a análise do território.

**Palavras-chave:** Geopoética ribeirinha. Habitar. Linguagem Poética. Paisagem.

### ABSTRACT

This paper aims to promote a dialogue between theoretical references based on Aesthetics, Sharing the Sensitive and propositions of the Right to the City, in order to build a meeting with theoretical-reflexive perspectives of Territorial Development, among others that can somehow help in the argumentative construction of this work. Based on this dialogue, it is proposed to organize a set of indicators that can aim to direct the analysis of the territorial development of urban spaces based on aesthetic thinking as a premise for the creation of new alternatives and possible interpretations for the development of territories. As results and conclusions of the research target of the text, “aesthetic principles for the analysis of the territory” are presented.

**Keywords:** Riparian Geopoetics. Dwelling. Poetic Language. Landscape.

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “A Estética no contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um olhar ao Centro Histórico de Paranaguá – Pr”, apresentada do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR Litoral/2018 (BETTEGA, 2018).

2 Doutoranda em Geografia, PPGGEO – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). bettega.marcela@gmail.com.

✉ Av. Carlos Cavalcanti, 4748. Ponta Grossa, PR. 84030-900.

3 Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR). flores.lesama@gmail.com.

✉ Rua Jaguariaíva, 512. Caiobá, Matinhos, PR. 83260-000.

4 Pesquisador e professor na Universidade Federal do Paraná – Centro de Estudos do Mar – Pontal do Paraná (UFPR). ernestojacobk@gmail.com.

✉ Av. Rio Grande do Norte, sn. Balneário Mirassol, Pontal do Paraná, PR. 83255-000.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo colocar em diálogo referenciais teóricos com base na Estética de Friedrich Schiller (2002), no conceito de “Partilha do Sensível” de Jacques Rancière (2005) e nas proposições do “Direito à Cidade” de Henry Lefebvre (2011), e entre esses e as perspectivas teórico-reflexivas do Desenvolvimento Territorial de Bernard Pecqueur (2005), Hassan Zaoual (2003), e outros que possam, de modo mais ou menos relevante, auxiliar na construção argumentativa deste trabalho.

Para tanto propôs-se a organização de um conjunto de indicadores no intuito de direcionar a análise do desenvolvimento territorial de espaços urbanos com base no pensamento estético como premissa para a criação de novas alternativas e leituras possíveis ao desenvolvimento dos territórios.

Inicialmente apresentamos as interrelações entre Estética, Partilha do Sensível e Direito à Cidade. Em seguida, foi realizada uma breve contextualização de como se forma o pensamento moderno e seus desdobramentos para o momento atual, no que concerne ao desenvolvimento econômico e sociocultural e, a partir disso, trouxemos autores e conceitos acerca do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

Como proposições da pesquisa são apresentados princípios estéticos para a análise do território a partir de subjetividades, considerando o pensamento estético como um “recurso” pela perspectiva de Pecqueur (2005).

Considerando a perspectiva de ambientes urbanos, apontamos que Lefebvre (2001, p. 19) sugere que o “tecido urbano” não se limita à sua morfologia, mas deve se somar ao contexto econômico, quando se considerar que, a partir dele, aparecem fenômenos de

uma e outra ordem e de um e outro nível, apontando que existe o viés social e cultural como mediadores da vida, uma vez que as Cidades, “Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)” (LEFEBVRE, 2001, p. 12)

Importante destacar que este autor trata a Cidade como obra de arte e, enquanto tal, deve ser mediada na perspectiva de valor de uso, considerando que:

A própria Cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da Cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEVEBVRE, 2001, p. 12).

Quando a Cidade é considerada obra, e seu principal uso é a Festa, a Cidade passa a ser caracterizada como espaço onde é possível a realização daquilo que Rancière (2005, p. 7) chama de **partilha do sensível**, ou seja, o modo como se determina sensivelmente as formas de apreensão e percepção, bem como a relação entre um conjunto comum partilhado, considerando a complexidade da divisão de partes exclusivas e da recepção entre elas.

Assim, na perspectiva de Lefebvre (2001), a Cidade adquire dimensão estética, ética e política, de forma simultânea e integrada. Vale lembrar que, para Schiller (2002), uma obra de arte é a comunhão da razão e da sensibilidade, em que potencialmente está a condição de humanidade e de beleza.

Para Schiller (2002), sem beleza não há humanidade e sem humanidade não há beleza, pois esta é a encarnação da razão

sensível, caracterizada como forma sensível materializada, o que dá sentido à convivência humanizada nos ambientes urbanos.

Para Lefebvre (2001), Schiller (2002) e Rancière (2005) a Cidade se mostra como lugar de encontros e conexões entre as pessoas e destas com seu entorno. Assim, a perspectiva de uma estética do espaço parte da premissa da Cidade ser fruto de um processo dinâmico vinculado à historicidade e à cosmovisão das comunidades que integram sua população.

A esse processo dinâmico, Bernard Pecqueur (2005, p. 12) dá o nome de dinâmica do tipo “territorial” e o considera como um processo original de desenvolvimento, mediante o qual o território assume duas importantes definições para o entendimento deste trabalho: o dado e o construído.

Assim sendo, o território dado seria:

[...] a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como preexistente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território a priori; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Enquanto o território construído pode ser entendido como:

[...] o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Contudo, por mais que tais definições estejam imbricadas, é necessário entender que o território é, ao mesmo tempo, um “envolvente” (“*contenant*”, o que contém) ou continente e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo (PECQUEUR, 2005).

Desse modo o desenvolvimento territorial só pode ser pensado de acordo com ambas as definições de “território”, uma vez que pode ser definido como “[...] todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

Pecqueur (2005, p. 10) defende que o desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios é, essencialmente, identificar e valorizar seu potencial, ação que depende da articulação entre atores/agentes.

É no processo de reconhecimento e valorização dos potenciais dos territórios que esta pesquisa se instala, procurando compreender a Estética do Espaço como conceito a ser incorporado nos debates sobre o Desenvolvimento Territorial.

### ESTÉTICA, CIDADE E PARTILHA DO SENSÍVEL

“A beleza teria de poder ser mostrada como uma condição necessária da humanidade”  
 (SCHILLER, 2002, p. 56).

Para Schiller (2002), o conceito de humanidade, em sua mais elevada acepção, é condicionado à beleza, concepção esta, que tanto para este autor quanto para esta pesquisa, deve ser compreendida como: vida manifestada nas formas, ato do sensível e da percepção, experiência decorrente da comunhão entre sensibilidade e razão, razão sensível e sensibilidade consciente e concomitante, cuja prática busca no fazer e na percepção da experiência, a verdade das formas (**verdade** aqui compreendida no sentido de genuíno e essencial).

Rancière (2005, p. 34) também aponta esse imperativo do estado estético:

O estado estético schilleriano, que é o primeiro – e, em certo sentido, inultrapassável – manifesto desse regime, marca bem essa identidade fundamental dos contrários. O estado estético é pura suspensão, momento em que a forma é experimentada por si mesma. O momento de formação de uma humanidade específica.

Segundo Schiller (2002), a experiência do belo nos coloca diante de uma universalidade, pois a apreensão estética das partes permite o conhecimento do Todo, e, por conseguinte a criação do sentimento de um pertencimento universal, condicionando o que dimensiona o que vem a ser humanidade. Assim, o Todo é mais amplo e abrangente que a soma das partes, e a estética se qualifica na perspectiva em que as pessoas, ao se perceberem nessa condição, sintam-se como parte integrante dele e conseqüentemente colaboradoras.

O pensamento estético se apropria do conhecimento universal, daquilo tudo que cada pessoa, comunidade e grupo social acumula como experiências vividas, as quais, de forma inevitável, fazem este pensar específico ser possível na atualidade. Tal forma de pensamento se caracteriza como um vislumbre de futuro, a partir de uma interiorização do todo passado, que é alcançável e compreensível. Em suma, é a apresentação da humanidade ao humano.

Importante esclarecer que, para Schiller (2002), a beleza é apreendida pela e na experiência dialógica desde o início enquanto que a beleza na ideia é eternamente una e indivisível, pois pode existir como único equilíbrio. A beleza na experiência, será eternamente dupla. Esse equilíbrio se manifesta com base na variação do que pode ser transgredido por uma dupla maneira, para aquém e para além (SCHILLER, 2002). A beleza sendo dialógica, portanto, é também política:

de forma que somente a bela comunicação unifica a sociedade, pois se refere ao que é comum [...] e ao que é compartilhado.

Não devemos, portanto, ampliar nossas alegrias sensíveis e pessoais como alegrias universais, porque não podemos tornar nosso indivíduo como espectro do universal (SCHILLER, 2002, p. 140).

A ideia do sujeito individual singular dialético, atrelado a outro na mesma condição, nos abre à perspectiva de encontro e partilha, o que remete a Rancière (2005, p. 68) ao tratar do modo estético do pensamento descrevendo-o como “[...] uma ideia do pensamento, ligada a uma ideia da partilha do sensível, na qual a Cidade sendo espaço de encontro é também o lugar desta partilha”.

Para este pesquisador, a expressão “constituição estética” deve ser entendida como a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Sendo que **Partilha** tem dois significados: 1) a participação em um conjunto comum e, inversamente, 2) a separação e distribuição em quinhões. É, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005). Isso posto, pode ser denominada como:

[...] o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. [...] Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outras tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

E é sob a dialética da beleza que pensamos e abordamos a Cidade e a diversidade com a complexidade que a caracteriza. Assim, Lefebvre (2001) considera a Cidade como obra, e, portanto, estética, pois se constitui a partir de um pensamento complexo de saberes,

fazer, subjetividades e desejos simultaneamente encontrados/enredados física e simbolicamente.

A Cidade feita por e para o humano também é humana, obra enquanto construção e como atmosfera/ambiente do viver, tornando-se assim espaço de partilha do sensível, realidade que é aperfeiçoada perenemente, refazendo-se. Para Schiller (2002), tal condição de aperfeiçoamento da realidade é intrínseca ao pensamento estético.

Lefebvre (2002, p. 22) considera que “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na Cidade”.

O **direito à cidade**, proposto por Lefebvre (2002), é um reencontro com o próprio viver, é o direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e integral desses momentos e locais.

De acordo com Schiller (2002), o pensamento estético é aquele cujas faculdades sensíveis e racionais estão harmonicamente equilibradas, e por isso, alcançam um grau de refinamento que permitem aos que alcançaram esse nível a capacidade de produzir formas, isto é, agir sobre a matéria, de modo que o resultado esclareça sua origem.

Tal pensamento, para elaborar formas de re-empoderamento da Cidade e sua partilha sensível, vai ao encontro de importantes premissas do Desenvolvimento Territorial, uma delas diz respeito às principais estratégias que consistem em identificar e valorizar o potencial de um território, através da transformação de recursos em ativos (PECQUEUR, 2005).

Para Pecqueur (2005) os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar, e os ativos são fatores em movimento, ou seja, recursos que foram colocados em atividade.

O pensamento estético, per si, é um recurso ativo, devido a sua aplicação em ações físicas, transformações materiais, proposições. Além disso, no processo de sua construção, é possível explorar, organizar e revelar novas formas de apreensão e percepção da Cidade, bem como conceber outras partilhas, e também é ativo, quanto dada a sua aplicação em ações físicas, transformações materiais, proposições; e novas abordagens e conceitos.

Por fim, o pensamento estético em diálogo com as teorias do Desenvolvimento Territorial se apresenta como fruto de uma sensibilidade da mente, a qual depende do grau da vivacidade e da riqueza da imaginação (SCHILLER, 2002).

#### **ESTÉTICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (DTS) NAS CIDADES**

Ora, o domínio da faculdade analítica rouba necessariamente a força e o fogo à fantasia, assim como a esfera mais limitada de objetos diminui-lhe a riqueza. Por isso o pensador abstrato tem, frequentemente, um coração frio, pois desmembra as impressões que só com um todo comovem a alma, o homem de negócios tem frequentemente um coração estreito, pois sua imaginação enclausurada no círculo monótono de sua ocupação, é incapaz de elevar-se à compreensão de um tipo alheio de representação (SCHILLER, 2002, p. 39).

Schiller (2002, p. 39), ao refletir sobre a fragmentação do pensamento, afirma que “o pensador abstrato tem coração frio” ou que “o homem de negócios tem coração estreito”, assim aponta para uma crítica direcionada ao pensamento racional, segmentado e apartado do sensível.

Segundo Morin (2004), a separação da cultura humanística (sensível/estética) da científica (racional) aconteceu com maior afinco a partir da Revolução Industrial. Na escola medieval, e até antes do Iluminismo, as Ciências Naturais eram ensinadas/aprendidas/apresentadas com mais organicidade, os cientistas eram transdisciplinares – astrônomos, matemáticos, arquitetos, escultores, pintores, pois traziam um todo integrado de conhecimentos.

Cabe considerar que tanto o Capitalismo quanto a própria ideia de desenvolvimento econômico que ele carrega são frutos dessa ruptura, marcada por uma estreiteza de percepção, que enfatiza a visão antropocêntrica, a qual desconsidera tanto o pensamento sensível quanto a natureza e a humanidade, aqui no sentido que qualifica o que é humano e não como nomenclatura a uma espécie. Assim sendo:

O homem, entretanto, pode ser oposto a si mesmo de duas maneiras: como selvagem, quando seus sentimentos imperam sobre seus princípios, ou como bárbaro, quando seus princípios destroem seus sentimentos. O selvagem despreza arte e reconhece a natureza como sua soberana irrestrita; o bárbaro escarnece e desonra a natureza, mas continua sendo escravo de seu escravo (SCHILLER, 2002, p. 29).

Os quase dois séculos desse *modus operandi*, que Schiller (2002) chama de “bárbaro”, culmina no atual modelo econômico pautado num Capitalismo que se refere à economia de mercado, refém do consumismo como lógica mobilizadora da produção industrial, a qual dá sinais de uma impossibilidade de continuidade.

Para Lisboa (2000, p. 68):

A civilização industrial modificou o centro do ser do homem do interno para o externo, [...] “a tecnologia industrial está se mostrando a si mesma capaz de gerar tendências suicidas que

atacam a raiz da liberdade e da vida mesma”<sup>1</sup>. [...] Adorno e Horkheimer, vivendo também no contexto societário de Polanyi, chegaram às mesmas conclusões: animismo havia dotado a coisa de uma alma. O industrialismo coisifica as almas.

Isso também pode ser observado em relação à Cidade, a qual, para Lefebvre (2002), até a Idade Média era de uma organicidade plena, construída socialmente, consolidando-se como um espaço onde o valor de uso era preponderante. O espaço público era partilhado na forma de ruas monumentos e festas, o que, para esse autor, figura como objetivo máximo de uma Cidade, destacando que a “Cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da Cidade” (LEFEBVRE, 2002, p. 11) e acrescenta destacando que:

A Cidade preexiste à industrialização [...] as criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos”) datam épocas anteriores à industrialização (LEFEBVRE, 2002, p. 12).

Ainda na perspectiva de Lefebvre (2002), com a industrialização e o capitalismo, esta organicidade foi rompida, e a vida urbana e o cotidiano foram seccionados, e seus traços esmaecem, ao ponto de o sentido de pertencimento se esvaír e os monumentos tornarem-se fetiches do poder.

Desse modo, com a industrialização, ocorre uma segregação que se impõe aos grupos minoritários, o que altera a morfologia da Cidade e ameaça a vida urbana. Em decorrência disso trabalhadores acabam

<sup>1</sup> Citação de Karl Polanyi, do livro “El sustento del hombre” (Barcelona, Mondadori, 1994, p. 68).

sendo expulsos do Centro para zonas periféricas e tendem a perder o sentido da Cidade como obra criativa e coletiva e o seu habitar, caracterizado como o viver plenamente, é substituído pelo habitar que é ocupar uma moradia, a qual fica reduzida à função de abrigo onde o habitante está sujeito à uma cotidianidade alienada.

Nesse contexto, avisa Zaoual (2003), a cultura do Capitalismo percebe e concebe a natureza como simples reservatório de energia, explorável à vontade, o que tem resultado na depredação do planeta. Assim as leis de funcionamento da economia de mercado e suas consequências sobre a sociedade e o meio ambiente criam simulacros de riquezas, uma vez que estas acabam por gerar pobreza tanto cultural quanto material. Tal processo gera e alimenta uma violência no coração do sistema capitalista e da globalização.

Na proposta de economia defendida pelos teóricos do DTS, Abramoway (2004); Boisier (2014) e Lisboa (2000), a qualidade de vida é anterior à quantidade de posses. Os conceitos desse modelo de desenvolvimento não estão postos, dados ou terminados, pois respeita a dinâmica e diversidade dos atores. O foco é a geração e distribuição da riqueza, bem como a partilha e as articulações inteligentemente realizadas, as quais são ferramentas de promoção da vida.

De acordo com Pecqueur (2005) e Schiller (2002), os novos modelos econômicos e de desenvolvimento voltados ao local, território, onde as relações de proximidade, pertencimento e reciprocidade sejam retomadas em seus valores originais, e cujas decisões sejam horizontais, além de serem tomadas pelos próprios atores, especificam onde podem ser potencializadas e respeitadas em sua diversidade, constituindo, dessa forma, a potencialidade do pensamento estético. Há nesse modelo um retorno consciente às questões primeiras: re-unicidade. Portanto o pensamento, manifesto como impulso estético,

se mostra e se configura a uma lei que sussurra ao coração humano, mesmo antes de seu exercício.

Desse modo, o pensamento racional, isolado, é incompatível para dialogar com a complexidade do estar no mundo e as soluções para lidar com tamanha complexidade só poderão ser atingidas de modo dialético, conforme apontam Coraggio (2013), Lisboa (2004), Pecqueur (2005) e Schiller (2002), pois por meio de uma razão sensível e de uma sensibilidade consciente, na qual a natureza e todas as formas de vida sejam consideradas com equidade.

#### **A DIALÉTICA ENTRE SUSTENTABILIDADE E BELEZA**

Quando tratamos do DTS, Sacks (2007) considera-o um estilo de desenvolvimento em que cada região insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só dados ecológicos, mas também os culturais, confiando na capacidade das sociedades humanas em identificar seus próprios problemas e apresentar soluções de modo que não prejudiquem a vida e a sobrevivência de sua geração e a das futuras.

A realização do pensamento estético é a produção de beleza, que, segundo Schiller (2002), é condição de humanidade. Por isso consideramos aqui que a beleza também reside na produção de vida. Quando pensadores se colocam a elaborar teorias que sustentem maneiras de desenvolvimento econômico e sociocultural que não agridam o mundo de hoje nem das gerações futuras, têm-se nesse pensamento uma dimensão de cuidado, encontro da razão e da sensibilidade e dimensão estética do pensamento. Sendo o pensamento estético um recurso, com a transformação deste recurso em ativo através de ações que sejam encarnações desse modelo de pensar tornam possível modificar a forma com que se

apreende a Cidade e que se a constrói. Modificam-se também as inúmeras maneiras de partilhar o território, podendo tornar o sujeito consciente do que partilha e do espaço partilhado, por fim, a Cidade, apreendida e constituída a partir do pensamento estético, efetiva-se como um direito.

O DTS carrega uma postura estética, per si, uma vez que prevê uma construção dialética entre sensível e racional de forma ética entre o humano e as outras formas de vida. Além disso reconhece a realização humana, como o conhecimento acumulado, os saberes ancestrais, com os erros e acertos do fazer humano. Nessa perspectiva, de acordo com Rancière (2005, p. 13) no terreno do estético está também a capacidade de visão ampliada que identifica e reconhece maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras e permite que as relações entre estas sejam pensadas.

Um aspecto importante é o de que a vida utilitária não cabe nesse novo modelo, assim como não é cabível ao pensamento estético. Para Zaoual (2010, p. 16):

[...] o utilitarismo tende a conduzir o mundo das ações dos indivíduos a um só denominador comum, o da utilidade (homogênea e mensurável). [...] o utilitarismo esvazia o problema da "incomensurabilidade" das situações individuais, das classificações e, dos bens, dos liames existentes em tais universos.

Nesse sentido Schiller (2002, p. 22 – destaques acrescentados) aponta que:

O curso dos acontecimentos deu ao gênio da época uma direção que ameaça afastá-lo mais e mais da arte do Ideal. Esta tem de abandonar a realidade e eleva-se, com dolorosa ousadia, para além da privação; pois a arte é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da

matéria. Hoje, porém, a privação impera e curva em seu jugo tirânico a humanidade decaída. A utilidade é o grande ídolo do tempo; quer ser servida por todas as forças e cultuada por todos os talentos. Nessa balança grosseira, o mérito espiritual da arte nada pesa. [...] e as fronteiras da arte vão-se estreitando à medida que a ciência amplia as suas.

Ao se referir à arte, Schiller (2002) não se limita ao fazer artístico das linguagens ditas artísticas, pois a considera fruto do pensamento refinado que transforma a matéria, conformando-a em sua essência. Para ele, trata-se da vida acontecida pela excelência de labor, apresentada em sua melhor forma, que, per si, é diametralmente oposta à noção de utilidade imediata e prática.

Cabe ainda mencionar a relação da dimensão territorial e para tal trazemos Pecqueur (2009, p. 89), ao apontar que:

O funcionamento e a organização dos sistemas produtivos locais são igualmente marcados pela historicidade e pela memória coletiva. Com efeito, uma característica essencial desses sistemas é a construção social de um capital cognitivo coletivo. Observamos, portanto, uma capacidade de aprendizagem do grupo implicado no território. [...] O território é ao mesmo tempo um espaço social e um espaço real. Situando-se na perspectiva fenomenológica de Frémont (1976), ele considera que o território "se impregna de valores culturais refletindo, para cada um, o pertencimento a um grupo localizado". Seu conhecimento pressupõe assim uma consideração atenta das representações, das práticas e da imaginação espacial dos atores locais.

Para este autor, toda paisagem habitada pelos homens carrega a marca de suas técnicas. Nela as noções de **memória coletiva**, de **capital coletivo comum**, de **território como espaço social e construído**, o sentimento de **pertencimento**, bem como a consciência de que tipo de representações e imaginários que os atores têm de seu território,

carecem de um olhar sensível para o seu reconhecimento (PECQUEUR, 2005; ZAOUAL, 2003; LEFEBVRE, 2001).

Pecqueur (2005), Zaoual (2003) e Lefebvre (2001) defendem que o Desenvolvimento Territorial é uma construção dos atores que depende do empoderamento e representação destes diante e em relação aos territórios; é um movimento dinâmico, centrífugo e centrípeto, dialógico e que não acontece por decreto.

Nas comunidades urbanas contemporâneas, cuja ótica de mercado é preponderante, avisam Schiller (2002) e Lefebvre (2001), essa capacidade e as novas formas de pensamento e ação provêm de educação, formação, reencontro, reconfiguração diferente do que acontece em comunidades tradicionais, pois nestas o *modus vivendi* é dialético entre os humanos, e entre estes e o ambiente. Ou seja:

[...] um homem, conquanto viva e tenha forma, nem por isso é forma viva. Para isso seria necessário que sua forma fosse viva e sua vida, forma. Enquanto apenas meditamos sobre sua forma, ela é inerte, mera abstração; enquanto apenas sentimos sua vida, esta é informe, mera impressão. Somente quando sua forma vive em nossa sensibilidade e sua vida se forma em nosso entendimento o homem é forma viva, e este será sempre o caso quando julgamos o belo (SCHILLER, 2002, p. 78).

Através do que o pesquisador chama de **educação estética** é que se adquire capacidade para o belo, na concepção deste texto, de modo que as formas da Cidade perpassem o entendimento, a percepção, produzindo uma terceira condição: a da **experiência**, e que através dela seja possível alcançar a ideia de Todo.

Rancière (2005) sugere ser no e pelo pensamento estético que se alcança uma visão de todo interligado, tal visão permite uma efetivação da partilha do sensível. Já Coraggio (2013, p. 30) nos traz a ideia de

uma economia e de um desenvolvimento possível somente através da associação e cooperação, de modo a assumir o público como um patrimônio comum e assim conquistar uma melhor reprodução da vida, já que fazemos parte de um projeto sociocultural e político que visa construir uma economia que inclua um modo de viver e produzir que possa ser mantido, sustentado e humanizado.

Para isso, vale a pena considerar o que propõe Sachs (2007) quanto à necessidade de uma educação preparatória, uma sensibilização para a percepção da necessidade de um novo modo de agir e pensar, e conseqüentemente, a criação de um novo homem. Um homem pertencido a um espaço que lhe diz respeito, que reconheça seu poder e que reconheça os poderes aos quais está sujeito. Enfim uma postura responsável diante do reconhecimento e da consciência crítica e fenomenológica dos poderes decorrentes de relações primordiais, as quais possibilitam continuidade de uma vida.

Tal reapropriação do homem pelo homem e conseqüente reintegração deste com o meio, através do saber sensível, tende a gerar uma revolução. O que Rancière (2014, p. 4) chama “de cenário da revolução estética, a autonomia do querer comum se reapropria da autonomia da experiência estética”, e complementa em Rancière (2005, p.18) que o regime estético da política é a democracia, e que “uma boa forma de arte, é a forma coreográfica da comunidade que dança e canta sua própria unidade” (RANCIÈRE, 2005; 2014).

Schiller (2002), Rancière (2005) e Lefebvre (2002) apontam para uma premissa intrinsecamente política, igualitária e de liberdade, pois, para eles o pensamento estético é livre porque as formas geradas a partir dele estão para além de qualquer ideologia ou dogma, uma vez que são construídas sob uma verdade que é anterior à ideologia, e por isso é reintegrador daquilo que é humano – sua humanidade.

Acerca desse assunto, Schiller (2002, p. 141) postula que:

No Estado estético, todos – mesmo o que é instrumento servil – são cidadãos livres que têm os mesmos direitos que o mais nobre, e o entendimento, que submete violentamente a massa dócil a seus fins, têm aqui de pedir-lhe assentimento. No reino da aparência estética, portanto, realiza-se o Ideal da Igualdade [...] aqui a bondosa providência, por vezes parece limitar o homem na realidade somente para impeli-lo a um mundo ideal.

Enquanto que para Rancière (2005) a política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação, dessa forma só existe mediante a efetivação da igualdade e interação e compartilhamento entre todas as pessoas.

A máxima de Schiller (2002), de que a beleza é condição para que haja humanidade, amplia-se ao considerarmos que só com humanidade potente é que se pode, realmente, fazer política. Esta, concebida como uma faculdade humana, ética e, portanto, é mais do que realizações e feitos pautados em forças e poderes, pois está amparada no pensamento estético que prioriza a vida acima de tudo. Cabe destacar que os seres humanos convivem com a tríade comportamental pautada em: política, ética e moral.

Trazer para o debate acadêmico do DTS as questões estéticas, bem como a proposição de modos de sensibilização que possam vir a transformar o pensamento e por consequência a prática, que, para Schiller (2002), é o uso mais sublime da razão, é reafirmar a postura de responsabilidade com um novo tipo de desenvolvimento. Pois, como sugere Rancière (2005), é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história.

Tratando-se do espaço urbano, para Lefebvre (2002; 2011), o direito à Cidade aponta para um novo humanismo e a construção de uma ideia de Cidade, sobre bases atualizadas, numa outra escala. Cidade voltada à apropriação, reconstituindo, assim, seu sentido como obra passível de fruição. A criação de novos lugares qualificados, lugares

de simultaneidade e de encontro, onde a troca esteja para além do comércio, expropriação e da lucratividade. Nesse sentido é:

**Quadro 1 – Princípios estéticos de análise do território em ambientes urbanizados**

PRINCÍPIO	CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Beleza como condição de humanidade	É um princípio que engloba todos os demais. Caracteriza-se quando a forma e a função do espaço QUE podem ser percebidas em conjunto e em relação com as pessoas e entre as pessoas. É a experiência fruto da sensibilidade e da razão.
2	Razão sensível na percepção do Centro Urbano	Caracteriza-se quando o espaço é percebido em sua função de uso por meio de elementos afetivos, mnemônicos e formais, OS QUAIS são apontados pelo discurso.
3	Sentimento de pertencimento	Caracteriza-se quando o espaço é vinculado às próprias origens, e à história pessoal e individual, baseando-se na ideia de pertencimento universal proposta por Schiller (2002).
4	Noção de “todo” temporal, permeado por reconhecimento e responsabilidade histórica.	Caracteriza-se pela compreensão da dimensão histórica do espaço urbano e o reconhecimento de sua temporalidade frente ao cotidiano.
5	Partilha do sensível, ou seja, noção do espaço comum.	Este princípio, baseado no conceito homônimo de Rancière (2005), caracteriza-se pela compreensão do espaço urbano como conjunto comum partilhado, local de participação com recortes e quinhões definidos. É quando se sabe e se sente responsável pela coletividade.
6	Cidade como lugar de encontro	Ao considerar o conceito de Direito à Cidade de Lefebvre (2002), este princípio caracteriza-se como a compreensão do Centro Histórico como local de (re) encontro e de trocas humanizadas, onde o uso dos espaços é feito em prol das relações e não das funções. É a compreensão de um direito à vida urbana, e um reencontro com o próprio viver.
7	Centro urbanizado como “devir”, como potencial – cultural turístico e econômico.	Caracteriza-se pela percepção das potencialidades a serem desenvolvidas no território. Tem-se capacidade de identificação e indicação de soluções.

Fonte: M. C. Bettega, 2008.

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da Cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova Cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retomo (para a Cidade tradicional), nem fuga para frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição. Por outras palavras, no que diz respeito à Cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam. É um objeto virtual que o pensamento estuda. O que exige novas démarches (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

As reflexões realizadas levaram à proposição de princípios estéticos de análise do território, que são apresentados no quadro 1, para que sua validade e aplicabilidade sejam debatidos por leitores e pesquisadores que tiverem acesso a ela.

Estes princípios têm por premissa a identificação e mapeamento das interrelações na Cidade de modo a criar novas camadas de leitura para os espaços urbanos. Podem ser importante ferramenta ao desenvolvimento de ações educativas e análises qualitativas para esses territórios. O quadro de princípios estéticos se caracteriza pela dinâmica e pelo potencial analítico e investigativo impresso neste texto, pois elucidam a compreensão de como o pensamento estético pode ser tratado como abordagem para análise da vida social e cultural em espaços urbanizados. Dessa forma, o produto se mostra como base teórica que fundamenta aspectos investigativos da estética em espaços urbanizados de reflexão crítica sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável. ○

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

BETTEGA, MARCELA CRISTINA. A estética no contexto do desenvolvimento territorial sustentável: um olhar ao centro histórico de Paranaguá – PR. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo Desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas públicas**, n.13, 1993.

CORAGGIO, José Luis. Dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 11-24, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. Trad. de Rubens Eduardo Frias, 5. ed. 3ª reimp. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

LISBOA, Armando de Melo. A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado. **Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers**, n. 2, 2000.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PECQUEUR, Bernard. O Desenvolvimento Territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24. n. 01 e 02, p. 10-22, jan/dez., 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível**: Estética e Política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org., Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. Comunidade estética. Trad. de Aurora Baêta. **Territórios de filosofia**. 12, 2014.

Estética, cidade e partilha do sensível no contexto do desenvolvimento territorial  
Marcela Cristina Bettega, Manoel Flores Lesama e Ernesto Jacob Keim

SACHS, Ignacy. **Rumo à socioeconomia**: teoria e prática do ecodesenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem numa série de cartas**. Trad. R. Schwarz e M. Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

ZAOUAL, Hassan. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. **Revista OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2010.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

Submetido em setembro de 2020.

Revisado em outubro de 2021.

Aceito em janeiro de 2022.